

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CURSO DE BACHARELADO EM DANÇA**

IESSA DE OLIVEIRA FERREIRA

**ACESSIBILIDADE NA PRODUÇÃO CULTURAL EM DANÇA NA CIDADE DE
MANAUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**MANAUS
2024**

IESSA DE OLIVEIRA FERREIRA

**ACESSIBILIDADE NA PRODUÇÃO CULTURAL EM DANÇA NA CIDADE DE
MANAUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Dança, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**MANAUS
2024**


ACESSIBILIDADE NA PRODUÇÃO CULTURAL EM DANÇA NA CIDADE DE MANAUS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

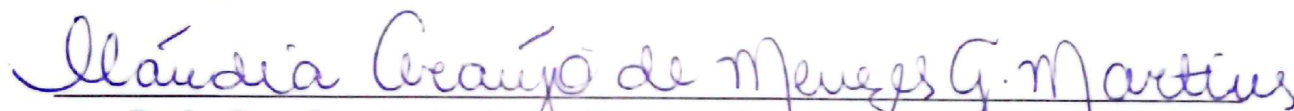
Trabalho de Conclusão de Curso solicitado pela Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito da aquisição do título de Bacharelado em Dança, sob orientação do Professor Me. Getúlio Henrique Rocha Lima.

Manaus, 18 de Dezembro de 2024

Nota Final: 9,6

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Getúlio Henrique Rocha Lima (Orientador)


Profa. Dra. Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins (Membro)


Prof. Dr. João Fernandes Neto (Membro)

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, Exu Laroyê, meu Pai e todos meus guias espirituais que travam uma batalha diária para que eu esteja forte e preparada para todos os caminhos que escolhi trilhar e lugares que tenho merecimento de ocupar.

Agradeço ao meu pai, Wilsomar Ferreira, que sempre esteve presente, incentivando-me com conselhos sobre a busca por educação, dignidade e honestidade. E todos os dias faz o seu melhor para que os filhos sejam prósperos. Agradeço a mãe que me deu a vida Childreny Helia, que sempre ocupará um lugar único em meu coração, mas agradeço também a Angela Ritter, uma mãe que me acolheu em seu coração e faz de tudo que está a seu alcance para cuidar e me ensinar a ser um ser humano melhor. Nos momentos em que estive enfrentando os maiores desafios, Angela sempre esteve ao lado e, nas maiores vitórias, ela comemora comigo. Amo a todos de forma incondicional! Aproveito para agradecer cada uma das minhas irmãs e irmãos, independente de ser de sangue ou de santo! Vocês têm um papel fundamental em minha jornada, sempre estarei feliz ao prestigiar cada um de nós alcançando nossos objetivos e sonhos.

Tenho profunda gratidão ao meu orientador Professor Getúlio Lima. Costumo dizer que não poderia ser diferente, pois Getúlio me recebeu na prova prática da universidade, como parte da banca avaliadora, na qual tivemos nosso primeiro contato realizando uma improvisação juntos. Assim que pudemos nos rever já na disciplina de balé de repertório, ele com suas aulas incríveis, indicações de leituras fenomenais e discussões em sala, ampliaram meu olhar sobre minhas capacidades de dançar balé com o corpo fora do padrão. Pude também ser monitora dessa mesma disciplina e vivenciar uma nova experiência sobre outra perspectiva que foi muito valiosa ao lado do professor.

A partir dessa convivência, pude perceber que eu conseguia dialogar de uma forma tranquila e que em momentos de nervosismo como a construção desse trabalho de conclusão, a gentileza de Getúlio é capaz de despertar em mim um senso de compromisso, pois a última coisa que queria era desapontá-lo. A forma como Getúlio conduziu as orientações foi fundamental para que esse sonho esteja se realizando, portanto, professor Getúlio: o senhor ocupa um lugar muito importante na minha vida e na minha construção como profissional, se um dia eu for metade do que o senhor é, eu já ganhei minha vida!

Agradeço a todos os professores dessa universidade que puderam me ensinar conteúdos que somente a universidade poderia me proporcionar. Em especial, gostaria de citar Marklea Ferst, do Programa Mais Acesso, que enxergou potencial em mim e me capacitou, mudando minha consciência completamente a respeito dos direitos das pessoas com deficiência e me ensinando a lutar por um mundo anticapacitista.

Gratidão às professoras Amanda Pinto e Jeanne Abreu, que me receberam na Paje e me ensinaram a ser além de bailarina, mas atuante também nos bastidores e produção. À professora Vilma Mourão, agradeço pelo apoio nos momentos caóticos. Pela doçura em ter estendido a mão quando a minha saúde mental não estava bem e por tudo que fez por mim e pra que eu pudesse melhorar.

Agradeço ao Wilton, Diego e Adller, pelas sessões de terapia e tratamento que foram fundamentais, durante toda trajetória acadêmica e para minha vida continuar existindo.

Obrigada aos professores Mara Meira, Valdeane Santos, Rosangela Lima, Sinara Dias, Lucas Soares, Wilson Junior, Iris Almeida, Everton Castro, Mesaque Santos, Thaysson Castro, Odara, Cairo Vasconcelos, Emilia Pontes, Yara Costa, Meiriane Carvalho, Raissa Brito pois todos vocês me construíram e me atravessaram como artista e profissional da dança.

Gratidão aos amigos Vitória Gouveia, Vinicius Lopes, Vitória de Souza, Gabriel Sena, Carol Silva, Anne Maria, Layla Drielly, Miguel Ventura, Chico Kaboco, Ewelyn Guedes, Leticia Braga, Rutiana Correa, Ester Gabriele, Nathalia Giluma, Letícia Araújo, Alan Silva, Dimas Mendonça e Thiago, o Bailarino, que tornaram a jornada na UEA e fora dela muito melhor.

E por fim agradeço a mim, Iessa de Oliveira Ferreira, ou Minauara Ferreira, por ter insistido no seu sonho de criança e que se tornou um projeto para vida inteira. Durante esses 11 anos em que a dança é o que me move, posso desvendar e expressar tudo aquilo que me impacta. Fico feliz em entender que existe possibilidades de viver de dança, que meus sonhos podem se tornar realidade e que essa formação é uma chave para muitas portas de trabalhos que podem ser desenvolvidos pensando na acessibilidade como pilar. Obrigada banca examinadora e leitores que me acompanharam até aqui!

Resumo

Essa pesquisa aborda a investigação da produção cultural em dança, da cidade de Manaus, na perspectiva da acessibilidade para pessoas com deficiência. O estudo não se limita a uma tipologia específica de deficiência ou acessibilidade, buscamos verificar o que a legislação brasileira assegura a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, para tanto conhecer quanto discutir quais os desafios para os produtores e profissionais da dança em planejar e disponibilizar recursos de acessibilidade, monitores e tecnologias assistivas em suas programações. A metodologia se direciona de acordo com método fenomenológico, que considera o contexto em que as companhias independentes e seus produtores culturais vivenciam no cotidiano das programações em dança. Possui natureza básica, abordagem qualitativa, caráter exploratório e se delinea como pesquisa de campo, em que a pesquisadora vai até os participantes para realização da entrevista com propósito de investigar e conhecer a produção local em dança quanto à acessibilidade. Para a coleta de dados foram utilizados instrumentos como: roteiro de perguntas semiestruturado, gravador de voz e diário de campo. Os resultados evidenciam que a principal barreira em tornar as produções em dança de Manaus acessíveis é a falta de recurso financeiro das companhias em conjunto com custo elevado para disponibilizar a acessibilidade, demonstrando a necessidade em criar políticas públicas favoráveis à causa para o cumprimento efetivo da legislação.

Palavras-chave: Dança. Produção Cultural. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência.

Abstract

Accessibility in cultural dance production in Manaus: challenges and perspectives

This research investigates cultural dance production in Manaus, focusing on accessibility for people with disabilities. The study does not limit itself to a specific disability or accessibility measure. It aims to examine what Brazilian legislation guarantees regarding the rights of people with disabilities, while also exploring the challenges faced by dance producers and professionals in planning and implementing accessibility resources, monitors, and assistive technologies in their programs. The methodology follows a phenomenological approach, considering the lived experiences of independent dance companies and their cultural producers in their daily activities. The research is basic in nature, qualitative in its approach, exploratory in scope, and designed as a field research, involving direct interaction with participants. Data collection instruments included a semi-structured question guide, a voice recorder, and a field diary. The results reveal that the primary barrier to achieving accessibility in dance productions in Manaus is the financial limitations of the companies, compounded by the high costs of providing accessibility resources. These findings highlight the urgent need for public policies that support accessibility efforts, ensuring research, involving direct interaction with participants. Data collection instruments included a semi-structured question guide, a voice recorder, and a field diary. The results reveal that the primary barrier to achieving accessibility in dance productions in Manaus is the financial limitations of the companies, compounded by the high costs of providing accessibility resources. These findings highlight the urgent need for public policies that support accessibility efforts, ensuring effective compliance with existing legislation.

Keywords: Dance, Cultural Production, Accessibility, People with Disabilities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
Capítulo 1	10
1.1 Reflexões sobre a legislação brasileira na perspectiva da acessibilidade na produção cultural em dança	10
Capítulo 2	14
2.1 Experiência e reflexões sobre acessibilidade cultural	14
Capítulo 3	19
3.1 Discutindo arquiteturas de Manaus para as produções em dança	19
METODOLOGIA	24
4.1 Tipo de pesquisa/delineamento da pesquisa	24
4.2 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados	25
4.3 Procedimentos para análise de dados	25
4.4 Análise dos resultados	26
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	38
APÊNDICE	42

INTRODUÇÃO

O presente estudo, denominado “Acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus: desafios e perspectivas”, a princípio surge a partir do meu desejo como pesquisadora de trazer acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em suas produções artísticas. Esses processos se tornaram obras autorais (1. Corpo Distorcido-Espetáculo coletivo Trouxas?, 2. A vendedora de laranjas e 3. Afrodisíaco Banzeiro) que trouxeram a ampliação do olhar para as pessoas com deficiência nas suas várias faces. Nesse sentido, surgiram reflexões sobre de que forma a acessibilidade pode estar presente efetivamente na vida profissional e como produtora cultural em Dança. Aprender a atender as pessoas com deficiência de maneira respeitosa e ética para oferecer suporte sem invadir seu espaço, desenvolvendo e utilizando os recursos disponíveis para a melhor experiência dos indivíduos com deficiência nas produções culturais em dança.

As questões norteadoras deste estudo circunscrevem o objetivo geral da pesquisa que é: Investigar a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus. Como objetivos específicos pretende-se a) evidenciar o que a legislação assegura sobre os direitos das pessoas com deficiência; b) conhecer a produção cultural manauara na perspectiva da acessibilidade e c) discutir a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus.

É perceptível que são necessárias medidas e planos estratégicos que visam incentivar a população manauara e o cenário cultural a desenvolver uma consciência coletiva a favor da reestruturação das produções em dança para que todos acessem o direito de exercer e prestigiar a cultura, pois são inúmeras as falhas e barreiras percebidas, em Manaus, que vetam a presença ou dificultam o acesso de pessoas com deficiências físicas e pessoas com deficiência intelectual.

Nos eventos da cidade, principalmente de artistas independentes que normalmente possuem um orçamento limitado, mais barreiras surgem pela escassez de teatros, auditórios e espaços preparados para receber pessoas com diversas deficiências, além da dificuldade de encontrar profissionais e ferramentas para amparar as necessidades do público presente.

Nessa direção, o estudo desenvolvido tem o intuito de evidenciar a experiência desses produtores em suas companhias de Dança, os principais desafios enfrentados por esses profissionais para tornar suas obras acessíveis para todas as pessoas e as

perspectivas relativas a políticas públicas que devem ser instituídas para que a legislação existente seja de fato cumprida.

O estudo comporta as seguintes partes: a Introdução, que apresenta o objeto de pesquisa investigado e sua contextualização; o Capítulo 1, que realiza reflexões sobre a legislação brasileira na perspectiva da acessibilidade na produção cultural em dança; o Capítulo 2, que descreve experiências e apresenta reflexões sobre acessibilidade cultural na cidade de Manaus relacionadas a alguns eventos; o Capítulo 3, que evidencia a arquitetura dos locais onde ocorrem programações em dança, como Teatro Amazonas, Teatro da Instalação, Centro Cultural Casarão de Ideias e Teatro Américo Alvarez, quanto à estrutura física, metodológica, instrumental, atitudinal e comunicacional concernentes à acessibilidade; a Metodologia, que descreve o tipo de pesquisa, o método e os procedimentos adotados no estudo, e ainda a análise dos resultados; as Considerações finais, que apontam os resultados obtidos durante a investigação; e as Referências, que elencam os autores, pesquisadores e estudiosos citados no trabalho e que se debruçam sobre a temática desta pesquisa.

Capítulo 1

1.1 Reflexões sobre a legislação brasileira na perspectiva da acessibilidade na produção cultural em dança

A humanidade tem como característica a necessidade de viver em sociedade e de desenvolver meios para ter acesso aos recursos básicos e garantir sua sobrevivência. Para isso formaram os primeiros grupos dispostos a conviver em coletividade, porém os corpos observados como funcionais, ágeis e fortes eram escolhidos em decorrência das possíveis habilidades físicas, o que poderiam contribuir na melhoria da qualidade de vida do grupo, enquanto os corpos vistos como frágeis ou disfuncionais eram marginalizados. “A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma” (Diniz, 2007, p. 8).

Ao longo do tempo, e nas sociedades, fomos educados a rejeitá-la. Na infância, lembro que a ideia de ter uma deficiência ressoava de forma muito negativa! Algumas pessoas diziam ser até uma consequência por não ter evoluído em vidas passadas, ainda se acrescentava que o PCD (Pessoa Com Deficiência) teria que conviver com a deficiência para se redimir de seus pecados cometidos.

Ao ter a notícia do nascimento de um bebê, familiares, amigos e demais pessoas costumam desejar que a criança nasça com saúde. Nas entrelinhas percebe-se que a palavra “saúde”, na realidade, refere-se ao desejo de que esse bebê não possua deficiência alguma. Segundo Diniz, “O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com a representação de um corpo sem deficiência” (Diniz, 2007, p. 8).

Enraizou-se um estereótipo que pressupõe que toda pessoa com deficiência seja incapaz de viver com qualidade e autonomia, pois se baseiam em parâmetros e comparações injustas, as quais determinam padrões de vida que consideram apenas a experiência do corpo sem deficiência, ou “corpo perfeito”.

A autora Estela Lapponi, artista Def, reflete sobre seu fazer artística sendo uma pessoa com deficiência após um Acidente vascular cerebral (AVC) que não desistiu de continuar sua carreira em razão da (hemiplegia a princípio e até atualmente hemiparesia). Lapponi, segundo a autora em uma entrevista realizada ao **blog Vencer Limites** ela criou um termo denominado “Corpo Intruso, paradoxalmente, me trouxe o

sentido de pertencimento, então me dá a liberdade consciente de que se crio com o corpo e esse corpo tem uma deficiência, ele não tem outra referência externa a não ser ele mesmo e, nesta direção, produz estética, produz conhecimento em arte.”.

A LBI (Lei Brasileira de Inclusão), no Art. 2º, descreve a pessoa com deficiência como "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Lei nº 13.146).

A característica física ou intelectual do indivíduo para ser reconhecida como uma deficiência, deve seguir critérios que avaliam as limitações que ele apresenta, incluindo a associação de dois fatores descritos no Estatuto Da Pessoa com Deficiência que destaca os seguintes elementos: o impedimento a longo prazo (a partir de dois anos) de qualquer natureza e a existência de uma ou mais barreiras.

As deficiências perante a lei possuem categorias diversas. Segundo o Decreto nº 5.296/2004 da legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla.

Existem duas principais concepções ao abordar a temática, são elas: modelo médico e modelo social. Segundo as autoras Foresti e Bousfield (2022, p. 654),

(...) o primeiro, apresenta a deficiência como responsabilidade individual, através da ênfase do corpo com lesão ou seu ‘mau funcionamento’, seja ele físico ou intelectual. O segundo, designa que a maior intervenção a ser feita não é ao nível do indivíduo e suas lesões, mas na sociedade que tem dificuldade de abarcar a totalidade das diversidades.

Com o passar dos anos pude questionar discursos preconceituosos convivendo com pessoas com deficiência. É notável algumas limitações e adaptações a serem feitas no cotidiano, porém a deficiência não é uma sentença na vida do indivíduo! As pessoas com deficiência da minha família e do meu convívio demonstram que um PCD é capaz de exercer com autonomia atividades como: dirigir, sair sozinho, comer, tomar banho e viajar. É importante perceber o ser humano antes de sua deficiência.

Para além dos “atributos biológicos, a vida com deficiência se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou elementos facilitadores presentes no ambiente, nas atitudes, na provisão de acessibilidade e nas tecnologias assistivas” (Maior, 2017 *apud* Ocampo *et al*, 2022, p. 3). Portanto, faz-se necessário abrir a escuta para pessoas com

deficiência evidenciem as dificuldades no acesso e na participação social, para compreender quais barreiras devemos eliminar e elucidar novos caminhos a favor da integração de todos e da valorização da diversidade. A acessibilidade tem sido uma temática bastante debatida em diversas áreas do conhecimento, inclusive no setor cultural e artístico.

A garantia de acessibilidade para a população com deficiência também é tratada nas Leis 10.048 e 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, nelas se regulamentam as prioridades de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes) e estabelece normas para a promoção da acessibilidade desta população (Brasil, 2000, 2004).

Recentemente, em 2022, foi realizado um estudo através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em decorrência do Termo de Execução Descentralizada entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados revelam que a população brasileira com deficiência soma o impressionante número de 18,6 milhões de pessoas, e que a região Norte representa 8,4% do número integral.

Por essa razão é crescente a demanda por políticas públicas que se disponham a olhar e modificar estruturas que impedem a participação com autonomia e qualidade do sujeito com deficiência nas atividades do cotidiano. Garantir acessibilidade social para o desenvolvimento autônomo do PCD se faz indispensável, pois eles também participam dos espaços públicos (Fregolente, 2008).

No que diz respeito ao campo artístico, há uma grande resistência em tornar as produções culturais em dança acessíveis, pois investir em ferramentas e profissionais capacitados exige um custo. Muitas produções, pensando no lucro, não se preocupam em elaborar orçamento e verba específicas para possibilitar o acesso às pessoas com deficiência.

No Art. 1º da Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esse artigo estabelece a base de se pensar leis específicas para pessoas com deficiência. Nesse sentido, o poder legislativo fixa critérios determinantes que avaliam a deficiência com base em: impedimentos nas estruturas e atribuições do corpo; fatores

socioambientais, psicológicos e pessoais; restrições no desempenho de certas tarefas e restrições participativas/sociais.

O Art. 3º aborda finalidades que viabilizam a aplicação da Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e descreve os direitos fundamentais do PCD. A acessibilidade é o primeiro item e estabelece condições de uso com segurança e independência de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias. Assim como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, na zona urbana e zona rural, para que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida estejam em igualdade de condições com as demais pessoas.

O desenho universal se relaciona à criação de espaços, produtos, programas e serviços que atendam a todos sem distinção e pode incluir a ajuda técnica, também conhecida por tecnologias assistivas, ou seja, trata-se da criação de produtos, equipamentos, recursos, metodologias e afins para atender necessidades específicas da pessoa com deficiência, visando à sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

Outro direito fundamental existente são as adaptações razoáveis: alterações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa exercer, assim como as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

A legislação aborda o conceito das barreiras. Podemos entendê-las como entraves e obstáculos existentes na sociedade que impedem a presença e acesso de todas as pessoas de maneira igualitária. Contudo, as barreiras se apresentam nas seguintes classificações, de acordo com o Art. 3º inciso VI:

1. Barreiras urbanísticas: Ocorre nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
2. Barreiras arquitetônicas: Ocorre nos edifícios públicos e privados;
3. Barreiras nos transportes: Existentes nos sistemas e meios de transportes;
4. Barreiras comunicacionais e na informação: Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
5. Barreiras atitudinais: Relacionadas a atitudes e comportamentos nas relações interpessoais que impeçam ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

6. Barreiras tecnológicas: Podem dificultar ou impedir o acesso da pessoa com deficiência à utilização de recursos tecnológicos.

Ao aprender sobre a definição de cada uma das barreiras, é possível refletirmos sobre o ambiente que estamos inseridos e em quais contextos do cotidiano presenciamos a existência dessas barreiras de modo que impacta diretamente a comunidade com deficiência. A legislação busca evidenciar direitos fundamentais que visam o acesso e a inclusão social, mas que na realidade, e nas atividades práticas, nem sempre esses direitos são de fato garantidos ou sequer exercidos. Por esse motivo a pessoa com deficiência durante sua vida é alvo de negligências, exclusão nos espaços e, por vezes, discriminações.

De acordo com o Art 4º, podemos verificar no parágrafo 1º que,

considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Lei n. 13.146).

Em relação à citação acima, a legislação aborda as configurações de discriminação do sujeito PCD dado a sua deficiência e possíveis limitações. Apesar de a lei descrever exatamente o que não deve ser feito, dificilmente ela é aplicável ao cotidiano e pode ser vinculada à produção cultural em dança que não costuma planejar a acessibilidade, pois exige um custo que sem incentivo governamental dificilmente estará apto para receber as pessoas com deficiência, podendo tornar a experiência desagradável e excludente.

A partir do que foi descrito, percebemos que o conhecimento da legislação brasileira é imprescindível, principalmente pelos produtores e gestores culturais, para que se compreenda como os espetáculos e eventos necessitam estar acessíveis à população com deficiência e mobilidade reduzida, a ponto de coadunar com o que o Estatuto da Pessoa com Deficiência propõe. Nesse sentido, o conhecimento sobre a legislação brasileira, pode ser o pontapé inicial para uma transformação coletiva dos produtores culturais para planejar, organizar e efetivar programações culturais acessíveis à ampla comunidade com deficiência. Para tanto, é fundamental cobrar políticas públicas favoráveis à democratização dos eventos de dança para todos e auxílio aos produtores culturais e profissionais da dança quanto à disponibilização da acessibilidade.

O capítulo seguinte descreve experiências e apresenta reflexões sobre acessibilidade cultural na cidade de Manaus relacionadas a eventos ocorridos nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024.

Capítulo 2

2. 1 Leis que incentivam a produção cultural e experiências e reflexões sobre acessibilidade cultural

A Lei Rouanet ou Lei Federal de Incentivo à Cultura foi criada (Lei 8.313/1991) pelo Governo Federal com intuito de incentivar artistas, fomentar a produção cultural e valorizar a diversidade cultural disseminando-as em todo país. Os projetos passam por fases de curadoria técnica, são elas:

1. **Admissibilidade:** observado quanto aos objetivos da Lei Rouanet. Se aprovado, recebe autorização para captação de recursos, porém com valores bloqueados em conta especial.
2. **Técnica:** depois de alcançar 10% de captação relacionada ao valor total autorizado para captar, o agente cultural poderá readequar o projeto e ele vai para a instituição ou empresa vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) correspondente à linguagem ofertada, é analisada por um perito que emite um resultado final.
3. **Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC):** nessa fase os projetos passam pela análise da CNIC que pode concordar ou discordar da análise anterior, para então discutir e aprovar no colegiado a decisão final.
4. **Análise final:** a Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural atende às recomendações da CNIC e examina novamente a regularidade fiscal do proponente (certidões negativas) e sua regularidade no MinC. Por fim, é autorizado o início da execução e liberados os recursos captados para a conta especial supervisionada pelo Ministério durante toda a execução.

Os recursos que os agentes culturais podem captar faz parte de uma medida que o governo federal tem para incentivar empresas (4%) e pessoas físicas (6%) a destinar parte do valor pago no imposto de renda tributada por **Lucro Real** para apoiar o setor criativo e cultural, dessa forma não é necessário que o dinheiro saia diretamente dos cofres públicos após as declarações de imposto de renda.

Portanto, a Lei Rouanet também tem contribuído para que o setor cultural disponha de acessibilidade para participação plena das pessoas com deficiência. Para tanto, todos os projetos aprovados devem cumprir as medidas de acessibilidade alinhadas à legislação, para pessoas com mobilidade reduzida e não se limitando a uma tipologia específica. Também, devem oferecer gratuidade no mínimo de 10% de ingressos ou produtos; até 10% para patrocinadores, até 10% para divulgação promocional; 20% dos ingressos devem ter o preço máximo de 3% do salário mínimo, e 50% para livre comercialização, desde que o valor médio não ultrapasse R\$ 250,00.

Para projetos nos quais necessite a aplicação do art. 28 da Instrução Normativa MinC nº 11, de 30 de janeiro de 2024, deverá ser incluída ao menos uma das seguintes ações efetivas de acessibilidade voltadas para promover o protagonismo, o desfrute, formação e profissionalização no setor cultural para pessoas com deficiência, são elas:

1. Contratação do PcD na a equipe do projeto, considerando as acessibilidades oferecidas;
2. Buscar pessoas com deficiência para ser participantes do projeto, alinhada às acessibilidades oferecidas;
3. Reserva de vagas para público com deficiência nas ações e atividades do projeto, considerando as acessibilidades oferecidas;
4. Livros com QR Code na capa para disponibilização de pelo menos um modelo acessível;
5. Disponibilização de Abafadores de ouvido nos eventos para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA);
6. Realização de apresentações inclusivas destinadas ao público com TEA e abertas a demais públicos;
7. Realização de pelo menos uma oficina de duas horas de capacitação para equipe do projeto sobre um desses temas:
 - Inserção de Libras, legenda e audiodescrição em seus materiais para comunicação digital;
 - Legenda e Libras;
 - Audiodescrição;
 - Descrição de fotos em redes sociais;
 - Linguagem Simples;
 - Curadoria de filmes para pessoas com TEA;
 - Design acessível;

Ações alternativas serão consideradas conforme especificidade do projeto. Entende-se por especificidade do projeto a não aplicabilidade de um ou mais recursos de acessibilidade exigida em seu produto final. Essas ações visam ampliar e qualificar o acesso desse público, para além dos aspectos de acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

A Lei Paulo Gustavo também é muito conhecida por oportunizar os produtores e artistas nacionais, considerando a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para tratar da acessibilidade. Portanto é necessário que os agentes e produtores culturais busquem formas de diminuir e eliminar barreiras enquanto incentiva o protagonismo e participação dos sujeitos com deficiência também no papel de agentes culturais.

Como ações afirmativas são propostas: I - Projetos realizados por pessoas físicas com deficiência; II - Projetos realizados por pessoas jurídicas que contenham pessoas com deficiência em posições de criação, direção, produção, coordenação e gestão criativa do projeto; III - Com temáticas relacionadas à acessibilidade e pessoas com deficiência; IV- Voltados às ações formativas sobre acessibilidade; ou V - voltados à qualificação profissional de pessoas com deficiência nas cadeias produtivas da cultura.

Para comprovar veracidade de informações dos agentes culturais com deficiência é obrigatório a autodeclaração e de forma facultativa a apresentação do laudo médico e avaliação psicossocial prevista na legislação. A Lei Paulo Gustavo também formula editais acessíveis para as pessoas com deficiência, para isso dispõe de: a) formatos acessíveis por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas, permitindo a leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres e diferentes contrastes; b) formatação com elementos básicos de marcação, como título, parágrafos e listas; c) uso da linguagem simples, com informações claras e compreensíveis, evitando-se textos complexos; e d) descrição textual de imagens.

Também é necessário cumprir três formas de acessibilidade e exemplos das mesmas:

1. Comunicacional: Língua Brasileira de Sinais - Libras; sistema Braille; sistema de sinalização ou comunicação tátil; audiodescrição; legendas para surdos e ensurdecidos; linguagem simples; textos adaptados para software de leitor de tela; pdf acessível; site com leitores de telas.
2. Atitudinal: Capacitação das equipes atuantes nos projetos culturais no que tange à acessibilidade cultural; contratação de profissionais com deficiência e

profissionais especializados em acessibilidade cultural; formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

3. Arquitetônica: rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas, inclusive em palcos e camarins; piso tátil; rampas; elevadores adequados para pessoas com deficiência; corrimãos e guarda-corpos; banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; vagas de estacionamento para pessoas com deficiência; assentos para pessoas obesas; iluminação adequada; demais recursos que permitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

As medidas acima podem ser realizadas de forma cumulativa desde que seja compatível com as características do projeto. Para garantir a implementação dos recursos de acessibilidade é obrigatório que no mínimo 10% do valor total captado seja destinados a essa finalidade. Exceto por dois fatores: I - se for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja apenas o licenciamento de obras audiovisuais;

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

Essas leis descritas acima são de suma importância para a produção cultural brasileira, principalmente aos artistas, grupos e companhias independentes que necessitam captar recursos para realizar seus eventos e também contribui para evolução das mesmas no que diz respeito a acessibilidade, pois direciona os agentes e produtores a se organizarem para dispor de acessibilidade plena a todas as pessoas, mas principalmente a comunidade de pessoas com deficiência.

Em 2023, no dia 24 de setembro, foi realizado um grande espetáculo de cunho social no Teatro Amazonas denominado “Pindorama: Uma viagem inclusiva na diversidade do folclore brasileiro”¹, promovido pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. A apresentação contou com os alunos do

¹ Pindorama é um espetáculo musical que integra diversas linguagens artísticas, como música, orquestra, canto, teatro e dança. Foi realizado pela equipe e alunos do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, o cantor convidado David Assayag e a Orquestra de violões do Amazonas (OVAM) para homenagear o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro, celebrando a diversidade de corpos em seu elenco. O musical retrata a diversidade no campo artístico e a valorização do folclore brasileiro, e as traduções de cada região do Brasil (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxnpJ3fO3B6/?utm_source=ig_web_copy_link).

Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro², em conjunto com a Orquestra de Violões do Amazonas (OVAM) e convidados como o renomado cantor David Assayag, que convive com a deficiência visual.

O elenco foi constituído por 78 pessoas, e 25 desse quantitativo eram pessoas com várias deficiências, dançando, atuando e cantando. O espetáculo Pindorama foi o único com essa proposta que pude prestigiar e me encantar com corpos diversos na dança e demais áreas artísticas.

Ao compor a plateia do musical, fui tocada por presenciar tanta diversidade de corpos em um só lugar. Pindorama me atravessou de uma forma intensa, pois pude perceber que eu gostaria de realizar um espetáculo com proposta semelhante, em que as pessoas com deficiência possam ser protagonistas e dançar conforme sua fisionomia. Pude perceber que a minha pesquisa se direciona para incentivar e instigar os produtores culturais a se atualizarem sobre as novas formas de se fazer dança e, através disso, deixarmos crenças limitantes que nos impedem de dançar.

Vivenciar esse momento se tornou mais uma experiência que me move a ser uma profissional da dança comprometida com a acessibilidade. Segundo a autora Fátima Daltro de Castro, ao vivenciar uma experiência na dança com pessoas com deficiência, “um ambiente rico em trocas de informações se instaurou de ambos os lados” (Castro, 2011, p.119).

Não tenho como relatar algo semelhante realizado por uma companhia ou produtora independente profissional, que tenha orçamento próprio disponível para propostas de acessibilidade. Em espetáculos, projetos e programações de dança, percebo que a discussão sobre acessibilidade no setor da produção cultural iniciou a pouco tempo.

Ao se tratar do acesso da pessoa com deficiência, é primordial que os produtores e profissionais da dança busquem lugares que disponibilizam acessibilidade arquitetônica, a fim de facilitar uma etapa organizacional dos produtores e incentivar a presença dos espectadores PCD. E dentro da linguagem artística a ser oferecida, é importante relacioná-la à necessidade comunicacional do espectador, por exemplo, a Dança em si, por ser uma linguagem que costuma não apresentar oralidade, não

² Considerada uma das primeiras escolas públicas de artes da região Norte, o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro atua desde 1998, disseminando arte, cultura e fomentando a cadeia artística na capital e interior. A instituição oferece uma extensa relação de cursos presenciais e virtuais, oficinas e programas de capacitação para crianças, jovens, adultos e Terceira Idade, que incentivam o desenvolvimento do potencial artístico, por meio da arte educação e do aperfeiçoamento profissional na área cultural. (Disponível em: [Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro - Portal Cultura do AM](#)).

necessariamente precisa ter a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como um recurso de acessibilidade (no sentido de existir uma tradução para os movimentos), pois a pessoa surda pode visualizar o que está acontecendo. Porém, é fundamental lembrar dos intérpretes disponíveis para sanar quaisquer dúvidas, já na bilheteria para que o espectador não seja constrangido e excluído durante o atendimento.

Elucidando possibilidades, seria interessante em produções de dança que as pessoas surdas tivessem acesso a vibrações das ondas sonoras, pois a percepção tátil em conjunto com a visualização faria mais sentido para comunidade surda. Quando associamos a linguagem artística a ser desenvolvida à necessidade real de suporte do público com deficiência é possível pensar em soluções mais efetivas que possam ser utilizadas para promover acessibilidade.

Percebemos que existe uma relação de dependência financeira dos artistas e produtores de dança local para com os editais culturais. Presenciamos programações com recursos de acessibilidade geralmente quando há obrigatoriedade nos termos do edital, verba determinada para acessibilidade e a contemplação do trabalho para realização das obras produzidas em Manaus. “Urge a necessidade de políticas públicas educativas em dança no âmbito informal e acadêmico para aproximação efetiva dos processos de construção de conhecimentos na área” (Castro, 2011, p.115).

Acrescento que os recursos escolhidos se limitam majoritariamente à audiodescrição e a intérpretes de Libras, questiono se essa escolha é baseada em uma demanda e coleta de dados do público, ou se é feita de forma conveniente por acreditarem ser os recursos mais “fáceis” de se utilizar.

No entanto, onde se encontram produções em dança que se planejam para disponibilizar acessibilidade ao público com mobilidade reduzida, deficiências intelectuais, deficiências múltiplas, pessoas com transtorno do espectro autista e demais deficiências de qualquer natureza? E, principalmente, onde se encontram pessoas com deficiências inseridas na equipe, no elenco das produções manauaras em dança?

Os cursos superiores podem ter um papel importante na construção dessa consciência coletiva, do mesmo modo como atravessou minha produção artística nessa perspectiva. A academia provoca e prepara para lidar com o público de forma ampla, aprendemos a respeitar cada indivíduo como ser inteiro que se move, pensa e expressa de forma única e buscamos estimular a nossa autonomia e a de nossos alunos.

As aulas práticas promovem laboratórios e experimentações que nos desafiam a sair da zona de conforto. Pude realizar experiências de dançar sem o sentido da visão ou

outro membro do corpo, pode aprender que a música não está intrínseca à dança, da mesma forma ter o sentido da audição não é pré-requisito para se aprender dança, pode ter uma disciplina dedicada ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais.

Outros fatores que influenciam os alunos e futuros profissionais da dança são os projetos de extensão. A Universidade do Estado do Amazonas possui dois voltados as pessoas com deficiência: o PsicoDança³ é realizado desde 2022 pela professora Dra. Érika Ramos, desenvolve possíveis intervenções em casos de suspeita ou diagnóstico médico de TEA, através de oficinas de dança, alongamento, direcionada às crianças e rodas de conversa em que a família também participa. Dessa forma, promove o diálogo da arte como prática terapêutica, ao passo que capacita os universitários por meio das experiências teóricas e práticas, podendo existir algum progresso na qualidade de vida das crianças e famílias atendidas.

O outro programa de extensão se chama Mais Acesso⁴, desenvolvido desde 2021 pela professora Dra. Marklea Ferst e equipe, da qual sou integrante há um ano e três meses. Realizamos trabalhos com intuito de promover a conscientização sobre os direitos da pessoa com deficiência, capacitar pessoas que trabalham com atendimento ao público e ao turista com deficiência ou mobilidade reduzida. Trabalhamos para viabilizar a acessibilidade sem discriminação e estereótipos capacitistas no turismo. O programa Mais Acesso ainda oferece os seguintes serviços: Mais Acesso Qualifica, Mais Acesso Informa, Mais Acesso Turismo Pedagógico, Mais Acesso Psico e Mais Acesso Pesquisa.

Como profissional da dança e por meio de um passeio de turismo pedagógico, iniciativa do Mais Acesso, pude ter contato direto com uma professora da APAE que me convidou para coreografar Boi-Bumbá para um grupo de alunos com deficiência intelectual e paralisia para o evento “XII Festival Nossa Arte 2024”⁵, no qual assumi a responsabilidade e realizamos a apresentação no mês de julho de 2024. Portanto, acredito que a academia me trouxe um grande impulso para seguir persistindo em me tornar uma profissional da dança acessível às pessoas com deficiência.

³

Disponível

em:

<https://www.uea.edu.br/index.php/2023/05/08/conhe-a-alguns-projetos-de-extens-o-que-surgiram-na-gradua-o-de-dan-a-da-uea/>. Acesso em novembro de 2024.⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DDPxyApvjV-/?img_index=5&igsh=MXV0emNoYjlha3dzZA==. Acesso em novembro de 2024.⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C-WSHKxNszl/?igsh=bDJpNDF2d2tpc3Bu>. Acesso em novembro de 2024.

Figura 1 – XII Festival Nossa Arte na APAE Manaus – Coreografia adaptada pela pesquisadora da música Ritmo Quente do Boi-bumbá Caprichoso.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Cada experiência na universidade é única e não devemos generalizar, porque envolve fatores como o interesse pela causa de PCD, contato direto com pessoas com deficiência, pesquisas para atualização de termos corretos, adesão à luta anticapacitista, recorrência à legislação, participação em cursos que incentivem a sensibilização da população pelos direitos das pessoas com deficiência e que desmistifiquem estereótipos associados aos PCD, e nem sempre encontramos esse espaço de reflexão na universidade. Existem produtores de dança na universidade e aqueles que atuam sem formação acadêmica. Ambos têm um caminho a trilhar para aprender a organizar e planejar os eventos para que se tornem acessíveis. Independentemente da formação, encontramos-nos desamparados, muitas vezes, quando se trata de um edital, no qual acabamos tendo que aprender sozinhos como disponibilizar acessibilidade em projetos e programações.

É necessário também entender que o conhecimento está além da academia, pois abrange diversas formas de pensar, diz respeito a relações interpessoais entre os variados “agentes do corpo, o ambiente e a comunicação” que promovem o aprendizado (Castro, 2011, p.119)

Na prática, é um grande desafio ousar o desconhecido. E todos estamos passíveis de cometer erros ou até mesmo sermos enganados por pessoas de má índole que fingem ser profissionais capacitados para disponibilizar algum tipo de acessibilidade.

Nessa situação, como ficam as pessoas com deficiência? que se organizam para ir à programação porque finalmente estão pensando em acessibilidade e podem presenciar tamanho descaso e desrespeito com sua comunidade. De que vale falar sobre acessibilidade se não é feita da forma eficiente? Atitudes inconsequentes como relatada anteriormente “revelam em certa medida a velha ideia hegemônica de que as pessoas com deficiência não são capazes de construir conhecimentos de autogerência” (Castro, 2011, p. 120). E, novamente, questiono de que forma podemos aprender a disponibilizar acessibilidade minimizando erros se não temos uma referência ou quem ensinar?

O próximo capítulo evidencia as arquiteturas dos locais onde ocorrem programações em dança, como Teatro Amazonas, Teatro da Instalação, Centro Cultural Casarão de Ideias e Teatro Américo Alvarez, quanto à estrutura física, metodológica, instrumental, atitudinal e comunicacional concernentes à acessibilidade.

Capítulo 3

3.1 Discutindo arquiteturas de Manaus para as produções em dança

A arquitetura é um fator primordial ao se tratar de acessibilidade, a estrutura física de um local é primeira categoria estabelecida ao se tratar de barreiras. Segundo o autor Sasaki (2009) *apud* Correia, Teixeira, Barbosa e Araujo (2023), existem seis necessidades adaptativas da acessibilidade, sendo elas: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal), metodológica (sem barreiras nos métodos que orientam atividades cotidianas e institucionais), instrumental (sem barreiras no uso de ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras em instrumentos jurídico-institucionais) e atitudinal (sem preconceitos, estigmas e comportamentos que funcionam como barreiras de participação e convivência), que impedem a presença concreta na sociedade, resultando no afastamento desse indivíduo ou condicionando suas atividades apenas em conjunto com a comunidade surda que participa, caso exista.

Reforçando o que foi dito no capítulo anterior, é interessante que os produtores culturais busquem locais que já disponibilizam acessibilidade arquitetônica, pois é

fundamental que a experiência das pessoas com deficiência possibilite sua segurança e autonomia durante toda a programação de dança.

Em Manaus, o único teatro que dispõe de acessibilidade arquitetônica, internamente, é o Teatro Amazonas. Para além da arquitetura, o teatro oferece outros serviços de acessibilidade que estão relacionados ao combate às barreiras metodológicas, instrumentais, atitudinais e comunicacionais, com as ofertas de Audiodescrição, Suporte Emocional, Libras e Plataforma de Acessibilidade.

Para o acesso à **Audiodescrição** do que ocorre no palco é necessário se identificar como pessoa cega ou baixa visão, que os monitores do teatro disponibilizam o aparelho/fone de ouvido. Através dessa ferramenta, o espectador escuta cada detalhe que se passa no palco, a audiodescrição transforma imagens em palavras e pode ser feita de forma literal ou de maneira poética, desde que não se perca o foco do que a imagem transmite. É necessário clareza ao realizar a audiodescrição.

Outro recurso de acessibilidade disponibilizado e aliado à legislação é o **Suporte Emocional**. Diz respeito a pessoas com TEA que necessitam de cães para suporte emocional. Essas pessoas e seus cães de suporte, são bem-vindos ao teatro, tal prática é garantida pelo projeto de Lei 33/2022, que “Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência mental, intelectual ou sensorial de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de apoio emocional” (Brasil, 2022).

Para as pessoas surdas, o Teatro Amazonas oferece o serviço de **Língua Brasileira de Sinais**. Para tanto, é necessário, ao chegar no local, se identificar como pessoa surda. Após a identificação, é entregue um *tablet* com a imagem de um intérprete de Libras que acompanha todas as falas que se passam durante a apresentação, em algumas programações também se percebem intérpretes em cima do palco e nos vídeos que se passam no telão.

Também possui **Plataforma de Acessibilidade**, disponível para as pessoas que andam de cadeira de rodas, funcionam como elevadores para as cadeiras evitando barreiras arquitetônicas com as escadas que dividem o *hall* da plateia. Creio que também pode ser utilizado para qualquer pessoa que tenha mobilidade reduzida ou quaisquer impedimento para subir e descer escadas, basta solicitar.

Para além de tudo que foi detalhadamente citado e explicado, o Teatro Amazonas recebeu modificações estruturais, como os banheiros adaptados no térreo, primeiro e segundo pavimentos, camarins com banheiros adaptados para PCD, piso

tátil, placas de identificação em *braille*, rampas de acesso internos e externos, elevadores e plataformas de acessibilidade.

Dessa forma, percebemos que o Teatro Amazonas teve investimento para tornar-se um local acessível para além da estrutura, na comunicação e nas tecnologias assistivas, atuando como referência na acessibilidade para a cidade de Manaus. Mas também devemos nos recordar de que ainda há modificações necessárias a serem realizadas, pois da porta para fora até chegar ao Teatro, existe literalmente um caminho de pedras, escorregadio e íngreme que dificilmente permite a locomoção de uma pessoa com deficiência de forma autônoma.

O Teatro da Instalação é muito utilizado para as produções culturais em dança, pois seu palco costuma ser preferível e adequado mais que os dos demais teatros existentes na cidade. Porém quando se trata de acessibilidade, a qualidade do Teatro da Instalação decai, porque o que se tem disponível até o momento é uma porta de entrada para pessoas cadeirantes, localizada na rua lateral que dá acesso direto à plateia, mas não é a principal, a que o público costuma adentrar, pois a porta principal tem degraus estreitos, e a porta não se abre completamente.

Possui algumas cadeiras na plateia reservadas na frente para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e pessoas com prioridade, como idosos, gestantes e pessoas obesas. Existe rampa que dá acesso aos banheiros do térreo, mas os banheiros não são adaptados, algo que não faz sentido algum! Essas informações não aparecem na *internet* quando pesquisamos, mesmo que seja no *site*⁶ onde há descrição do próprio teatro.

Outro lugar em que recorrentemente se tem produções culturais de diversas vertentes é o Centro Cultural Casarão de Ideias, que tem sido bastante visitado e é notado pela população como um lugar esteticamente autêntico e agradável para usufruir de lazer e cultura. Ao pesquisar, e após entrar em contato com os estagiários do Casarão de Ideias, perguntei sobre a acessibilidade arquitetônica do local atualmente. Relataram-me que recentemente o espaço passou por obras de revitalização e expandiu sua estrutura, proveniente do recurso da Lei Paulo Gustavo, apoio do governo municipal, estadual, Ministério da Cultura, Conselho Estadual de Cultura e Governo Federal. Em decorrência desse incentivo, foi implementado um carro escalador, que tem uma estrutura de metal que se move por trilhos de borracha, capaz de subir e descer cadeira de rodas em escada semelhante a do vídeo ilustrativo,

⁶ Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/espacos-culturais/teatros/teatro-da-instalacao/>. Acesso em junho de 2024.

disponibilizado na plataforma digital *Youtube*⁷. Uma tecnologia assistiva que representa inovação e abre novas possibilidades para as pessoas que andam de cadeira de rodas.

Na sala de cinema foi disponibilizado espaço para cadeira de rodas e cadeira para pessoas obesas que anteriormente não existia, e as demais poltronas foram revitalizadas para melhor conforto dos espectadores. Há fone abafador para pessoas com TEA que podem apresentar desconforto ou sensibilidade auditiva, também foi implementado recurso de Libras que necessita de um aplicativo baixado no celular.

Outro local que está relacionado à Universidade do Estado do Amazonas e à Escola Superior de Artes Turismo para realização das atividades artísticas é o Teatro Américo Alvarez⁸, mas que, apesar de se ter pessoas com deficiências matriculadas nos cursos ofertados pela instituição, o Teatro não possui acessibilidade arquitetônica alguma, e também se encontra fechado. Sendo assim, os alunos não usufruem do espaço, pelo menos nunca pude me apresentar nesse Teatro nesses 5 anos que sou aluna do curso de dança, algo que nunca entendi o motivo! Todas minhas avaliações ou foram dentro da universidade nas salas Sapopema/Sumaúma ou no Teatro da Instalação.

É possível perceber que a acessibilidade só se encontra em lugares considerados elitizados, ou quando existe incentivo governamental, por meio de editais, como foi o caso do Teatro Amazonas e Centro Cultural Casarão de Ideias, em que ambos se localizam no centro da cidade, e, praticamente, lado ao lado um do outro.

Então é importante pensar no impacto dessas informações e como impactam diretamente a vida do profissional da dança e suas produções artísticas, pois se até as estruturas de concretos de Manaus estão iniciando as modificações internas para receber pessoas com deficiência em sua diversidade de corpos, o processo de educar pessoas e profissionais com recurso próprio é extremamente difícil.

Assim, proponho uma reflexão coletiva a todos os leitores que provavelmente as produções culturais não contém tanta acessibilidade como deveria, geralmente, não por descaso, egoísmo, falta de conhecimento ou querer. Provavelmente, é que na verdade, oferecer acessibilidade exige um alto investimento financeiro, e os profissionais da dança lutam para sobreviver em uma sociedade que não os valoriza, muitas vezes recebemos propostas miseráveis e alguns de nós cedem pela necessidade de se manter necessidades básicas. A realidade dos profissionais da dança é que discriminam nossa

⁷ Disponível em: (<https://youtu.be/p6g4vo3-kTo?si=la03qYQUH1KA4haK>). Acesso em junho de 2024.

⁸ Disponível em: (<https://cultura.am.gov.br/espacos-culturais/teatros/teatro-americo-alvarez-2/>). Acesso em junho de 2024.

profissão, tiram nossa dignidade, como se o nosso trabalho não fosse uma ferramenta de educação, transformação e cultura.

Não é à toa que grande parte da população manauara nem sabe da existência do curso superior de Dança. No português claro, sem dinheiro, sem acessibilidade! E enquanto não tivermos um governo e uma população que valorize a cultura da forma que precisa, seguiremos recebendo migalhas e avançando a “passos de trcajá”.

METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa/delineamento da pesquisa

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido como uma pesquisa básica. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, abordagem qualitativa. Utilizando o método científico fenomenológico, que se baseia na realidade concreta para perceber os fenômenos, portanto, o que foi investigado: a acessibilidade na produção de dança na cidade de Manaus.

O universo da pesquisa se apresenta amplo, pois existem várias produtoras, companhias de dança independentes, profissionais de produção que desenvolvem os trabalhos neste campo. Nosso recorte está em três companhias/produtoras independentes, pois estas apresentam um panorama das produções que são realizadas, levando em consideração a acessibilidade.

Fizemos uma **pesquisa de campo**. Inicialmente, foram mapeadas cinco companhias independentes que realizam atividades de produção cultural em dança na cidade de Manaus. Através das redes sociais, entrei em contato com os diretores de cada companhia. Na primeira companhia procurada, fui informada que por motivos de saúde da diretora a companhia havia encerrado as atividades. A segunda companhia não foi possível participar da pesquisa, apesar de existir interesse, pois estava em temporada de apresentação em outro estado. Na terceira companhia independente mapeada, houve resposta favorável à participação, porém as agendas do produtor cultural e da pesquisadora, apesar de muitas tentativas, não se alinharam para efetuar a coleta de dados.

Devido a essas intercorrências, foi possível realizar a coleta de dados com duas companhias independentes que atuam com a produção cultural em Dança na cidade de Manaus. Ambas atendem aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa e estão aptas à

participação. Alinhamos pelas redes sociais uma data de visita e determinamos que no mesmo dia faríamos a entrevista.

A primeira visita foi realizada dia 01/11, às 17 horas, no local de trabalho do produtor cultural e diretor da companhia independente de dança. Durante seu horário vago, ocupamos uma sala reservada, apresentei de forma formal a pesquisa em conjunto com a leitura do TCLE. Após uma conversa, o produtor aceitou participar da pesquisa, assinamos os documentos e iniciamos a coleta de dados que encerrou às 18:35.

A segunda visita foi realizada no dia 03/11. A partir das 9:00 horas, fui até a sede da companhia independente localizada no bairro Tarumã. Ao chegar, fui recebida pelo diretor e pela coordenadora que são os produtores culturais, pude conhecer o local de trabalho, a equipe e os bailarinos. Fizemos uma roda de conversa e apresentei minha jornada até chegar naquele dia e as motivações que cercam a pesquisa, fui recebida de forma calorosa. Após isso, reuni com o diretor e a produtora cultural, lemos em conjunto o TCLE e, após a assinatura, iniciamos a coleta de dados através do questionário semiestruturado e dos demais instrumentos de coleta. Encerramos às 11:41 horas.

Os critérios de inclusão perpassam por: 1) experiência de trabalho no segmento dança desde o ano de 2020; 2) atuação na cidade de Manaus e 3) outro critério estabelecido é a participação de um integrante do grupo que deve ser aluno, egresso ou professor da Escola Superior de Artes e Turismo. O ponto central dessa pesquisa propõe explorar a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no campo artístico, observada a partir das produções artísticas locais.

4.2 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizados alguns instrumentos como: **roteiro de perguntas semiestruturado, gravador de voz e diário de campo**. As entrevistas foram realizadas presencialmente de acordo com disponibilidade dos participantes. O roteiro de perguntas encontra-se nos apêndices deste trabalho.

Os procedimentos para coleta de dados foram realizados por meio de um contato presencial, onde a pesquisadora visitou os locais e convidou pessoalmente as pessoas para participação na pesquisa. Neste contato, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com todas as informações sobre a participação na pesquisa.

4.3 Procedimentos para análise de dados

Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, portanto iremos relacionar o material obtido durante a coleta de dados aos objetivos da pesquisa aliada à fundamentação teórica. Nesse sentido, a pesquisa foi idealizada nas seguintes etapas:

1. Fazer a leitura do material coletado na entrevista;
2. Criar uma categorização a partir das necessidades discutidas na pesquisa;
3. Identificar possíveis respostas encontradas;
4. Sistematizar informações a partir dos objetivos específicos da pesquisa;
5. Uso das informações pertinentes para elaboração do trabalho final.

Enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 1994, 2000).

4.4 Análise dos resultados

Os resultados apresentados foram considerados a partir das repostas dadas às dez perguntas feitas durante a entrevista realizada com cada uma das companhias. As companhias são denominadas de Entrevistado Libras e Entrevistado Baixa-visão, para resguardar a identidade dos participantes. Destacamos que os critérios analíticos que perpassam todas as perguntas e respostas, praticamente, são: Legislação, Produção Cultural e Acessibilidade.

Pergunta 1: O que você compreende por acessibilidade?

Entrevistado Libras: *“Acho que é a facilidade de alguém conseguir entrar e sair, se comunicar e não se comunicar, vejo como algo ser fácil, né, no sentido de não ter muitos problemas, dificuldades, em qualquer atividade... Ser tranquila, sabe? Conseguir fazer as coisas tranquilamente. Pra mim, acessibilidade é muito isso. Ter a tranquilidade e a facilidade de fazer qualquer coisa desde se comunicar, se deslocar”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Compreendo como direito garantido à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida que vive de modo independente e exerce seus direitos de cidadão e de participação social; constituindo uma qualidade fundamental do ambiente que garante a melhoria das qualidades de vida das pessoas”.*

Análise: Deparamos-nos com duas respostas que se alinham ao que a legislação propõe, porém, direcionadas às acessibilidades arquitetônica, comunicacional, e também ao direito à participação social e autonomia dos PCD.

Pergunta 2: Você já produziu algum trabalho artístico para a comunidade com deficiência?

Entrevistado Libras: *“Os projetos que a gente realizou, os projetos que a gente fez de primeira mão não foram voltados pensando, era mais uma obrigação, mas aí quando eles foram realizados a gente foi entendendo o processo, a gente meio que já começou se estimular”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Especificamente não, mas já houve uma montagem artística na qual uma das participantes, em um processo criativo, tinha baixa visão. No entanto, não foi preciso um tratamento exclusivo para a integrante porque a própria sabia se conduzir no processo de maneira autônoma”.*

Análise: Percebemos duas experiências distintas. Projetos que foram realizados pelo **Entrevistado Libras** para editais que continham verba destinada para acessibilidade de forma obrigatória, por isso os produtores precisaram planejar e aprender de que maneira poderiam realizar, mas foi uma experiência que os estimulou a buscar conhecimento para melhoria do trabalho. Já o **Entrevistado Baixa-visão**, realizou montagem coreográfica em que uma integrante do elenco se enquadra como PCD, mas não houve adaptações, pois consideraram que a bailarina possuía autonomia, portanto ela teve o mesmo tratamento que os demais integrantes.

Pergunta 2.1: Quais recursos de acessibilidade ou profissionais foram necessários?

Entrevistado Libras: *“A primeira coisa que a gente fez nos nossos projetos foi a acessibilidade arquitetônica através de rampas, iluminação, deixar mais iluminado, acessibilidade para pessoa se deslocar, a pessoa ir e voltar. E de profissionais foram os intérpretes de libras”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Para a integrante de baixa visão não houve nada em específico em relação aos recursos a não ser por ela própria em sua autonomia”.*

Análise: Na primeira resposta, percebemos que os produtores tiveram experiência com a acessibilidade arquitetônica, e pode modificar a estrutura da Sede da companhia e trabalhara com acessibilidade comunicacional para comunidade surda. A segunda resposta evidencia a presença de uma pessoa com deficiência atuando na cena artística, mas a companhia menciona que não há nada a ser adaptado ou revisto na

forma do grupo trabalhar, pois consideram que a integrante com baixa-visão possui autonomia e não demonstra grandes limitações para dançar.

Pergunta 2.2: Você considera importante que os espetáculos sejam planejados para atingir esse público?

Entrevistado Libras: *“Sim, porque vai alcançar mais e não porque não é somente o espetáculo que vai fazer os surdos virem (...) Tem que ter realmente nas apresentações e ter outras atividades que possam trazer eles mais perto, atividades que possam chegar a gente até eles, não partindo só da Companhia, mas de outros grupos, tem que ver todas as formas possíveis que possam alcançar”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Sim, considero importante para a melhora da qualidade de vida das pessoas que utilizarão de meios de mobilidade e acessibilidade. Isso ainda é um modo de proporcionar oportunidade igualitárias para os cidadãos (...)”.*

Análise: As respostas se encontram favoráveis e demonstram interesse das duas companhias em planejar e oferecer acessibilidade em seus eventos, acreditam que a dança deve ser prestigiada e vivida pelas pessoas com deficiência, que as produções da cidade devem refletir sobre o tema, pois entendem que essa mudança de consciência melhora a qualidade de vida e proporciona oportunidades para todos de forma igualitária.

Pergunta 3: Como você planeja a acessibilidade em suas produções em dança?

Entrevistado Libras: *“Bom... em dança é muito relativo (...) Só que a gente tem um espetáculo que trabalha os 5 estilos, só que é tanto de demonstração como de fala. Nesse espetáculo, o intérprete fica ao lado do apresentador, então pra onde o apresentador vai, o intérprete está junto, do lado. A pessoa que vai fazer o movimento, vai dançar no meio. Então o apresentador vai dar essa volta na apresentação, então o intérprete também vira um apresentador, entendeu? Fica muito mais interessante o intérprete estar ao lado do apresentador e onde ele se desloca, fica muito mais fácil visualmente”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Para a cena: explorar a partir do potencial de cada corpo conforme suas possibilidades dinâmicas de movimentos para a expressividade do corpo cênico. Como plateia: ter pessoas na produção orientadas para conduzir as pessoas com deficiência. (...) As pessoas com deficiência auditiva serão conduzidas para lugares próximo ao sistema de som do ambiente para sentirem*

vibração acústica. Infelizmente, para as pessoas com baixa visão na plateia não teremos a audiodescrição por ser um serviço de muito custo durante o espetáculo”.

Análise: As respostas transmitem o modo como os produtores entendem a acessibilidade na prática e as formas em que eles encontraram para dispor de acessibilidade. O **Entrevistado Libras** percebeu que o intérprete no canto fazendo a tradução não fazia sentido, por isso trouxe o intérprete para o lado do apresentador que está em cena e demonstra os 5 estilos das danças urbanas. O **Entrevistado Baixa-visão** tem a perspectiva de trabalhar a dança com o PCD conforme sua fisionomia e possibilidades de dançar. Mas, para a plateia, as medidas de acessibilidade estão relacionadas em oferecer acessibilidade em forma de atitude, como a de conduzir as pessoas com deficiência, se necessário, e estimulações sensoriais. Para além disso, evidencia que certas acessibilidades a companhia não têm condições de custear para ser ofertado.

Pergunta 4: Existe algum integrante da equipe que convive com alguma deficiência?

Entrevistado Libras: *“Não, mas a única pessoa que tivemos mais próxima com alguma deficiência foi o próprio Miguel Maia (...). Mas ele não é integrante da companhia!”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Nunca procurei saber se alguém tem algum tipo de deficiência (...) Só uma integrante que percebo que tem baixa visão, mas que convive muito bem com o elenco, atuando, às vezes, até como assistente de coreografia. Nunca conversei com a integrante para não a constranger, mas se caso algum dia ela queira conversar sobre esse assunto, estaremos atentamente escutando-a (...)”.*

Análise: Notamos que as pessoas com deficiência não estão tão presentes nas companhias de dança, por isso devemos refletir como aproximar a comunidade com deficiência para experienciar a dança já que é notável a escassez de artistas PCD atuando na cidade.

Pergunta 5: Qual o custo de um espetáculo com acessibilidade?

Entrevistado Libras: *“(…) Tem espaços que cobram determinado valor, falando do intérprete de libras, como foi um orçamento bem pequeno elas ficaram entre 2 e 4 horas, somando o valor, deu uns 3.000/4.000 reais só nesse período de tempo”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Não faço ideia. Algumas ações a gente faz por conta própria como: conduzir a pessoa com deficiência no deslocamento pelo espaço,*

posicionar no espaço, passeia em volta dos elementos cênicos, a gente realiza através da nossa experiência”.

Análise: A primeira resposta demonstra que apenas com acessibilidade comunicacional, em poucas horas, pode chegar a desembolsar R\$ 4.000,00 reais para o pagamento do intérprete de Libras, portanto, um custo muito elevado para uma companhia independente arcar. A outra resposta demonstra uma despreocupação em se inteirar a respeito do custo da acessibilidade, e relata que oferecem auxílios para o deslocamento do PCD e acessibilidade através das próprias experiências.

Pergunta 6: Você considera que as políticas públicas estejam favoráveis à acessibilidade?

Entrevistado Libras: *“Difícil responder pois não conheço todas as políticas públicas voltadas para dança. É difícil de responder, porque ainda tá sendo nosso primeiro contato e o único contato que a gente teve ainda direto foi só realizando os projetos e na escola de surdos (...)”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Acredito que os editais públicos estão focando bastante nesta questão, mas não sei se está contemplando a todos que precisam desse apoio. Não fico muito atento nessa especificidade”.*

Análise: Novamente as respostas revelam que acessibilidade é um campo pouco explorado nas produções em dança manauara, os projetos que foram realizados foram a pouco tempo, então é um movimento que está em processo e que os editais públicos possuem foco em determinar que acessibilidade se concretize, mas os produtores necessitam de políticas públicas que os capacitem e incentivem para, assim, cobrar acessibilidade.

Pergunta 7: Receberam algum *feedback* do público PCD a respeito do funcionamento desses mesmos recursos?

Entrevistado Libras: *“O único meio de ter um retorno deles é se algum professor ou intérprete da escola passar pra gente da forma como aconteceu (...)”.*

Entrevistado Baixa-visão: *“Não, embora temos consciência, sempre que estamos em temporada nas casas de espetáculos em Manaus procuramos saber se há estrutura para recebê-los”.*

Análise: Notamos diferentes experiências. A primeira companhia necessita de intérpretes para compreender o *feedback* das pessoas surdas que prestigiam suas programações, para além da observação nas expressões corporal e facial dos

participantes. A segunda companhia não recebeu *feedback*, mas demonstra preocupação com a acessibilidade arquitetônica no local onde vão se apresentar.

Pergunta 8: Como vocês encontram os profissionais de suporte (intérpretes, monitores), ou aparelhos como os rádios e fones e demais materiais para fazer a audiodescrição?

Entrevistado Libras: *“Sinceramente, não sei como encontrar sobre audiodescrição, não sei nem quem são os profissionais que trabalham com isso!(...)”*.

Entrevistado Baixa-visão: *“(...) Os profissionais de suporte até que se fazem presentes nesses ambientes públicos, mas com recursos limitados. Por exemplo, a audiodescrição é quase raro ter e a gente não tem recursos para contratá-los quando estamos em temporada”*.

Análise: A duas companhias demonstram não ter conhecimento a respeito de como disponibilizar a audiodescrição, pois não tem conhecimento dos profissionais capacitados que estão na cidade. O **Entrevistado Baixa-visão** ainda acrescenta que os profissionais de suporte presentes nos locais de apresentação lidam com recursos limitados, e afirma que não tem recurso financeiro para fazer a contratação.

Pergunta 9: É possível para uma pessoa cadeirante, com mobilidade reduzida, pessoa cega ou com baixa visão participar da programação?

Entrevistado Libras: *“Vai depender, né?! Como eu falei uma produção feita de forma independente com a acessibilidade é mais difícil! Mas com edital ou apoio dá uma facilitada. Como a companhia trabalha todo domingo vamos supor que a gente vai receber uma pessoa, a única acessibilidade que a gente vai ter independente é pra cadeirantes”*.

Entrevistado Baixa-visão: *“Sim, é possível dentro dos padrões que cada pessoa presente. No entanto, é importante enfatizar que às vezes não depende da condição de deficiente, mas como a pessoa com deficiência pensa a arte, sobretudo, a dança”*.

Análise: A primeira resposta destaca a dificuldade em ofertar acessibilidade sem apoio governamental ou editais de cultura e que, de forma independente, podem receber pessoas que usam cadeira de rodas na Sede de atuação que foi modificada através da contemplação de um edital. O segundo entrevistado demonstra que receberia pessoas com deficiência, e que é necessário o PCD estar aberto a novas formas de se pensar dança, pois talvez a primeira barreira se dá pelo estereótipo de que pessoa com deficiência não dança aliada à escassez de referências de PCD presente em cena.

Pergunta 10: O que motiva as companhias a investirem em recursos que eliminam as diversas barreiras que impedem a convivência de qualidade com os sujeitos PCD'S?

Entrevistado Libras: O entrevistado narrou a experiência de receber na companhia uma senhora idosa, mas não respondeu à pergunta.

Entrevistado Baixa-visão: *“Bem, para a produção de espetáculos os recursos são quase inexistentes, imagina para investimento na produção de qualidade de vida da pessoa com PCD'S. Acredito que para se ter investimento nessa área, em específico, precisamos ter as devidas pessoas atuando com a gente, mas no momento não temos essas pessoas, o que dificultaria os motivos para aquisição desses recursos”*.

Análise: O **Entrevistado Baixa-visão** demonstra falta de recursos para desenvolver o trabalho da dança com acessibilidade, além de enfatizar a necessidade de políticas públicas voltadas para amparar os produtores culturais, de se ter profissionais da acessibilidade atuando em conjunto, além das dificuldades de dispor recursos de acessibilidade, visto que o orçamento é incompatível com o custo para tornar o evento acessível.

Considerando-se a análise das entrevistas, podemos compreender que existe um conhecimento teórico da legislação por parte dos entrevistados, mas a prática já é mais difícil porque eles não têm os recursos, não têm investimentos próprios. E a questão da acessibilidade é um assunto novo, que está chegando em todas as áreas recentemente, porém, na arte e na cultura, por serem precarizadas, é mais difícil e efetivação. No geral, eles sabem sobre as leis que garantem a dignidade das pessoas com deficiência.

O entrevistador Baixa-visão tem muito conhecimento teórico, mas pouco conhecimento prático e o entrevistador Libras tem pouco conhecimento teórico, mas está construindo bastante conhecimento prático. Assim, eles têm linguagens e formas de perceber a acessibilidade de maneira distinta. Porém, o pensamento em comum é que os dois se preocupam com a acessibilidade arquitetônica. Esse é um ponto que já existe um entendimento para produções deles e que eles, como produtores independentes, não conseguem ter essa acessibilidade por conta de ser algo muito caro.

A necessidade da acessibilidade é uma discussão que ainda está iniciando e enquanto a gente não reconhecer sua importância, não tiver essa consciência, nós vamos avançar a passos lentos, pois ainda é um assunto silenciado. É um movimento que, talvez, as políticas públicas precisem se efetivar para existir não somente como uma obrigatoriedade de que nós produtores culturais em dança coloquemos nossos

espetáculos de forma acessível, mas como nos é dado o direito a conhecer de verdade o que é acessibilidade. A leitura, análise e interpretação do questionário a partir da correlação entre as entrevistas possibilitaram essa percepção.

Desta forma, destacamos que os objetivos propostos estão assim analisados: o objetivo geral de investigar a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus foi alcançado, pois o estudo através da pesquisa de campo evidenciou a experiência de duas companhias renomadas e ativas na cidade, e pudemos entender o cenário local a partir dessas realidades.

Para o objetivo específico a) evidenciar o que a legislação assegura sobre os direitos das pessoas com deficiência, foi realizado um panorama da legislação brasileira de forma completa no primeiro capítulo com informações que cercam acessibilidade, e assuntos complementares.

O objetivo específico b) conhecer a produção cultural manauara na perspectiva da acessibilidade, foi alcançado de forma parcial, pois o segundo capítulo apresenta experiências da pesquisadora como plateia e produtora cultural, observando e realizando produções locais com acessibilidade e ao evidenciar as experiências de produção cultural dos participantes que continha acessibilidade.

Para o objetivo específico c) discutir a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus, foram descritos lugares e teatros que dispõem algumas acessibilidades, principalmente a arquitetônica, e aqueles que não oferecem essa possibilidade que direciona os produtores a escolher lugares acessíveis para suas programações e por meio das duas entrevistas com companhias distintas que relataram suas experiências de planejar e ofertar acessibilidade nos trabalhos em dança.

A respeito das categorias utilizadas para direcionar a análise, são elas a Legislação que transpassa a compreensão dos produtores a respeito da temática e dos direitos das pessoas com deficiência voltada para os eventos em dança e a garantia desses mesmos direitos, para que as oportunidades sejam iguais para todas as pessoas. A Produção cultural é evidenciada quando os participantes da pesquisa relatam a respeito dos projetos que desenvolvem em dança na cidade. E, na Acessibilidade existente no planejamento dessas mesmas produções das companhias independentes, é possível perceber que são assuntos que se complementam.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo propôs investigar a acessibilidade na produção em dança da cidade de Manaus. Os objetivos específicos foram estruturados para evidenciar a legislação e o que é ela assegura sobre os direitos das pessoas com deficiência; conhecer a produção cultural em dança na perspectiva da acessibilidade e discutir a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus, os quais foram contemplados devido às entrevistas realizadas com os produtores de duas companhias independentes e o estudo teórico realizado. Os resultados demonstram uma compreensão a respeito da produção cultural em dança local a partir da acessibilidade e o conhecimento dos produtores sobre a legislação brasileira.

Foi percebido que o conceito de acessibilidade é variável para cada produtor, pois em suas experiências retratam conhecimento de teoria e prática de formas distintas. Um produtor sentiu dificuldade em conceituar, mas consegue desenvolver projetos e programações com determinadas acessibilidades; ao passo que o outro produtor apresenta um conhecimento teórico vasto, porém ainda não alcançou a realização de produções em dança com acessibilidade.

Foi evidenciado que as Produções em dança estão iniciando a um processo de conscientização a respeito dos direitos das pessoas com deficiência e como dispor de acessibilidade em seus eventos de dança. Parte dessa dificuldade deve-se a falta de conhecimento, informação e pessoas capacitadas para ensinar e aprofundar o conhecimento sobre a temática.

Outra barreira determinante é o custo elevado de uma produção em dança com acessibilidade em que os produtores participantes relatam que de forma independente é quase impossível realizar, por isso existe uma dependência de apoio financeiro principalmente dos recursos dos editais culturais da cidade.

O que nos leva a perceber a necessidade de políticas públicas que incentivem a educação, sensibilização dos direitos das pessoas com deficiência, curso sobre acessibilidade do setor cultural e a valorização dos profissionais da sensibilidade, tendo em vista que são elementos fundamentais para o avanço área. Nesse sentido, a pesquisa buscou contribuir na investigação da produção cultural em dança de Manaus evidenciando experiências reais para entendermos os desafios e perspectivas desses profissionais.

Importante ressaltar que essa pesquisa possui lacunas a serem estudadas, porém pode ser o início de mais pesquisas referentes à dança, produção cultural e acessibilidade. Portanto, este estudo destaca o atual cenário da produção cultural em dança de Manaus, demonstrando a atuação e experiência das companhias independentes em planejar e buscar tornar suas programações acessíveis ao público com deficiência. Os desafios vindos da falta de conhecimento e recurso financeiro, e as perspectivas de realizar trabalhos que realmente alcance a todos os corpos de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000** – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências., Pub. L. No. 10.048 (2000). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em novembro de 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000** – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências., Pub. L. No. 10.098 (2000). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em novembro de 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Pub. L. No. No 5.296 (2004). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em novembro de 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em novembro de 2024.

CASTRO, Fátima Campos Daltro de. Acessibilidade em trânsito poético: a eficiência da dança no corpo da pessoa com deficiência. In: **Coleção Corpo em Cena**. Vol 3. p. 115 a 144. Editora: Anadarco. Guararema/SP, 2011.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos), 2007.

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. In: **Revista Psicologia Política**. vol. 22. n.55. pp. 654-667,2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/21872/1503>. Acesso em: junho de 2024.

FREGOLENTE, R. (2008). Caracterização da acessibilidade em espaços públicos. **A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades** (Dissertação, Universidade Estadual Paulista). Disponível em: https://www.faac.unesp.br/Home/PosGraduacao/Design/Dissertacoes/rosana_fregolente.pdf. Acesso em junho de 2024.

MAIOR, I. (2017). **Movimento político das pessoas com deficiência**: Reflexões sobre a conquista de direitos – Inclusive – Inclusão e Cidadania. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/30808>. Acesso em junho de 2024.

OCAMPO, E.S. *et al.* Acessibilidade da população com deficiência em ambientes públicos e privados: Um estudo de caso. **Revista Valore**. Volta Redonda, 7: e-7045, 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/68>. Acesso em junho de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César De. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico--2-edicao>. Acesso em novembro de 2024.

RENGEL, Lenira; THRALL, Karin. **Coleção Corpo em Cena**. vol 3. Anadarco: Guararema/SP, 2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012**

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, “**Acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus: desafios e perspectivas**”, que está sendo desenvolvida por **Iessa de Oliveira Ferreira**, na Graduação em Bacharelado em Dança da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, telefone: (92)98600-2576, e-mail: idof.dan20@uea.edu.br, sob a orientação do Prof. **Getúlio Henrique Rocha Lima**, telefone: (92) 98411-7667, e-mail: ghlima@uea.edu.br.

Objetivo do estudo:

Esta pesquisa busca investigar a acessibilidade na produção em dança na cidade de Manaus, para tanto, pretende evidenciar o que a legislação assegura sobre os direitos das pessoas com deficiência; conhecer a produção cultural Manauara na perspectiva da acessibilidade e discutir a acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus.

Justificativa:

Ao perceber a falta de pessoas surdas fazedoras de arte (bailarinos, mediadores, professores e, também, espectadores) surgiu a vontade de adicionar a língua brasileira de sinais em meus processos criativos. A partir de então decidi abandonar a fala para mergulhar nas Libras e assim produzir gestos e significados que complementam minha dança, a fim de tocar surdos, intérpretes e codas (filhos ouvintes de pais surdos). A dança é um campo expressivo, de acolhimento e político, e todos os corpos podem experimentar mover-se a partir de suas vivências. Apesar de minha experiência surgir da relação com a Linguagem Brasileira de Sinais, essa pesquisa propõe observar as produções culturais de Manaus a partir da acessibilidade de pessoas com deficiência, não se limitando a uma tipologia específica. Compreendendo a necessidade de aprofundamento no tema, este estudo propõe observar o mercado de trabalho de profissionais da dança sob essa perspectiva. Acreditamos na relevância deste estudo para a universidade, para que mais alunos se interessem em pesquisar e expandir seus conhecimentos a respeito da dança inclusiva, pois no ano de 2023 recebemos no curso, o primeiro aluno cadeirante. Assim, não somente a estrutura física da universidade necessitou de adaptações para que ele conseguisse acessar os lugares da academia, todo o corpo docente entendeu que precisaria aprofundar os conhecimentos em dança na perspectiva da inclusão. Esse fato também modificou o corpo discente que logo se colocou como rede de apoio. Pesquisas desta natureza podem auxiliar na criação de políticas públicas para contribuir com o acesso das pessoas com deficiência. É importante afirmarmos que corpos diversos existem e eles dançam! Cabe a nós como sociedade quebrar crenças, paradigmas e preconceitos através da informação e do conhecimento.



Benefícios:

Os benefícios diretos podem aparecer justamente pela possibilidade de evidenciar a legislação brasileira, demonstrando de que forma nosso país ampara os direitos da pessoa com deficiência. A partir deste diálogo será possível discutir o tema acessibilidade na produção cultural em dança na cidade de Manaus.

Observa-se a possibilidade de benefícios indiretos, a partir dos dados coletados no campo que podem contribuir com reflexões a respeito dos desafios e perspectivas da produção cultural em relação ao atendimento da legislação da pessoa com deficiência.

Riscos:

O principal risco é a identidade do participante ser revelada, entretanto, garanto o sigilo dos nomes utilizando identificações correspondentes à temática proposta no estudo, sendo criadas no processo da pesquisa. Para garantir que a identidade não seja revelada, comprometo-me a mostrar as informações coletadas e utilizadas na pesquisa para todos os participantes.

Procedimentos:

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada. As informações concedidas serão registradas em um gravador de voz e em um diário de campo, a fim de assinalar observações e possibilitar aprofundamento de reflexões, proporcionando clareza no registro das atividades da pesquisa e no processo da construção do trabalho. Os dados coletados e a documentação indireta, concernente de documentos de fontes secundárias, assim como a bibliografia consultada, serão configuradas seguindo as etapas: Fazer a leitura do material coletado na entrevista; Criar uma categorização a partir das necessidades discutidas na pesquisa; Identificar possíveis respostas encontradas; Sistematizar informações a partir dos objetivos específicos da pesquisa e Uso das informações pertinentes para a elaboração do trabalho final.

Acompanhamento e Assistência:

A qualquer momento os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores, para esclarecimento e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa, através dos contatos relacionados ao final desse termo. Você receberá assistência integral, imediata e gratuita pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. Após consentir sua participação, o (a) Sr. (a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, independente do motivo.

Sigilo:

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou orientador (a). Você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.



Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos. Ressaltamos que pretendemos elaborar publicações sobre os resultados alcançados na pesquisa para serem apresentadas e discutidas em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Indenização e ressarcimento:

É garantida indenização em casos de danos, comprovadamente, decorrentes da sua participação na pesquisa, por meio de decisão judicial ou extrajudicial. Não há qualquer valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação. No entanto, caso haja qualquer despesa decorrente da sua participação na pesquisa, haverá ressarcimento. O participante da presente pesquisa não receberá ressarcimento de despesas (por exemplo: transporte, alimentação, diárias, entre outros), mas terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Em caso de dúvida:

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo ou qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com os pesquisadores Getúlio Henrique Rocha Lima (orientador), Avenida Constantino Nery, 2533, apto 403 A, Residencial Maria da Fé – Bairro São Geraldo, Manaus/AM, telefone (92) 984117667 ou através do e-mail: ghlima@uea.edu.br. Ilessa de Oliveira Ferreira, Avenida Getúlio Vargas, 671, apto 93, Condomínio João Paulo II – Centro, Manaus/AM, telefone (92) 986002576; e-mail: idof.dan20@uea.edu.br. Ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UEA, que fica localizado na Universidade do Estado do Amazonas à Av. Carvalho Leal, 1777 - Escola de Ciências da Saúde, 3º andar, Cachoeirinha – CEP 69065-001, Manaus-AM. Telefone: (92) 99225-6612 e e-mail: cep.uea@gmail.com. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Ciência e de acordo do participante:

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pelo(a) pesquisador(a), eu _____, RG: _____, aceito participar desta pesquisa, assinando este consentimento **em duas vias** originais de mesmo teor, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a mim. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um bom período, e após esse tempo serão destruídos.

Manaus, ____ / ____ / ____



Assinatura do sujeito da pesquisa

Impressão do dedo polegar.
Caso não possa assinar



Ciência e de acordo do pesquisador responsável:

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Declaro que assinei 2 vias deste termo, ficando com 1 via em meu poder.

Assinatura do responsável pelo projeto

APÊNDICE

Roteiro de perguntas semiestruturado

1. O que você compreende por acessibilidade?
2. Você já produziu algum trabalho artístico para a comunidade com deficiência?
 - 2.1. Quais recursos de acessibilidade ou profissionais foram necessários?
 - 2.2. Você considera importante que os espetáculos sejam planejados para atingir esse público?
3. Como você planeja a acessibilidade em suas produções em dança?
4. Existe algum integrante da equipe que convive com alguma deficiência?
5. Qual o custo de um espetáculo com acessibilidade?
6. Você considera que as políticas públicas estejam favoráveis à acessibilidade?
7. Receberam algum feedback do público PCD a respeito do funcionamento desses mesmos recursos?
8. Como vocês encontram os profissionais de suporte (intérpretes, monitores), ou aparelhos como os rádios e fones e demais materiais para fazer a audiodescrição?
9. É possível para uma pessoa cadeirante, com mobilidade reduzida, pessoa cega ou com baixa visão participar da programação?
10. O que motiva as companhias a investirem em recursos que eliminam as diversas barreiras que impedem a convivência de qualidade com os sujeitos PCD 'S?